

RECOMENDAÇÕES DO ACORDO DE BASILÉIA E NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO DE ADERÊNCIA

Francisco Carlos Fernandes

Doutor em Controladoria e Contabilidade, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil
E-mail: franciscofernandes@furb.br
Fone: (47) 3321 0565

Rodrigo Angonese

Doutorando em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil
E-mail: rangonese@al.furb.br
Fone: (47) 3321 0565

Débora Gomes Machado

Doutorando em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil
E-mail: debora_furg@yahoo.com.br
Fone: (47) 3321 0565

Araceli Farias de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB)
Endereço: Rua Antônio da Veiga, 140 – Sala D 202
Bairro Victor Konder – Caixa Postal 1507
CEP 89012-900 – Blumenau/SC - Brasil
E-mail: aracelio@al.furb.br
Fone: (47) 3321 0565

RESUMO

O objetivo central deste estudo é verificar o nível de transparência das Instituições Bancárias brasileiras com ações negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, com relação às recomendações do Basileia II. A pesquisa se desenvolveu pelo raciocínio dedutivo, por meio de uma pesquisa descritiva, documental, e quantitativa. A população do estudo se constitui das instituições financeiras (IF) brasileiras, A amostra é definida pelas IF com ações negociadas na BM&FBOVESPA, classificadas no setor de

atuação de bancos e resulta do confronto dessa listagem na BM&FBOVESPA com o relatório dos 50 maiores bancos no consolidado do Sistema Financeiro Nacional. Esta amostra está composta por 15 Instituições Bancárias. A coleta de dados se efetivou a partir do portal eletrônico das empresas, no *link* de investidores, governança corporativa. As informações sofreram análise de conteúdo e, após a coleta, os dados passaram pela análise das componentes principais e, por fim, pelo ranqueamento das instituições bancárias que compõem a amostra deste estudo, pelo seu nível de divulgação. Quanto ao nível de transparência das Instituições Bancárias brasileiras pesquisadas, o nível de aderência as recomendações do Basileia II foi de 53,12%, ou seja, ficou aquém da evidenciação recomendada pelo documento em questão. Com relação à análise dos componentes principais observou-se que três componentes explicam 78,44% de inércia (variância) dos dados. Foi elaborado um ranking de evidenciação das recomendações do documento estudado.

Palavras-chave: Divulgação. Governança Corporativa. Basileia II. Instituições Bancárias.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano perpassa a busca por melhores condições de vida, da mesma forma que o desenvolvimento de todos os setores da economia, bem como das instituições financeiras, presentes no cotidiano da sociedade oferecendo serviços. Este desenvolvimento induz à necessidade de oferecer uma quantidade maior de produtos e com qualidade por parte das instituições financeiras. (TOLEDO FILHO; KROENKE; SOTHE, 2009).

No âmbito desta prestação de serviços com qualidade inclui-se a transparência, pois aos usuários deve ser facultado o direito de acompanhar a gestão da instituição, como forma de proteção de seus investimentos. Conforme Araújo (2007) a evidenciação preocupa-se em prestar informações que satisfaçam as expectativas dos usuários, trazendo a transparência necessária para o embasamento de suas decisões.

Para Zenderski et al. (2004) uma característica que distingue as instituições financeiras das empresas que integram os demais setores da economia é que a maior parte de seus ativos é monetária. De acordo com os autores essa característica torna a obtenção do valor corrente dos ativos monetários facilitada, em relação a empresas de outros setores. Em contrapartida, os ativos das instituições financeiras apresentam maior exposição ao risco que as empresas de outros setores econômicos.

As informações que influenciam as operações desempenhadas pelas instituições financeiras são em sua maioria exógenas, como por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros, previsão de inflação, variações macroeconômicas e informações sobre os clientes, dentre outras. Desta forma, o risco está fortemente presente na atividade das instituições financeiras, cujo *core business* é a intermediação financeira. Para controlar a exposição ao risco e o enquadramento do nível de capital à regulamentação, as instituições financeiras necessitam de sistemas de informações confiáveis. (ZENDERSKI et al., 2004). Os autores complementam a ideia expondo a existência de modelos de apuração da exposição de capital ao risco cujo resultado que deve ser mantido pelas instituições financeiras em função do risco.

Conforme Crouhy, Galai e Mark (2004) o risco clássico é o risco de crédito, por nem sempre dispor de controle operacional adequado, o que tem gerado retorno de má qualidade e até mesmo ações judiciais dispendiosas. Com relação ao risco de crédito nas instituições financeiras, o Basileia II propõe, segundo Freire et al. (2004), mudanças significativas, como o aprimoramento da abordagem padrão e a introdução de metodologia baseada nos modelos internos de classificação de risco.

A metodologia proposta pelo Novo Acordo da Basileia, de acordo com Freire et al.

(2004), baseia-se em três pilares: o primeiro, composto pelos requerimentos de capital, que aborda o risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional; o segundo, baseado na capacidade do supervisor para adaptar o instrumento da exigência de capital às especificidades de cada instituição; e o terceiro, atribuindo à divulgação e transparência um importante papel no auxílio da supervisão por parte dos diversos agentes de mercado.

Mudanças nas instituições financeiras foram induzidas pela necessidade de convergência da regulamentação interna aos parâmetros internacionais, estabelecidos pelo Acordo de Basileia em 1988, que contribui para dar maior solidez ao sistema. Outras alterações, embora previsíveis, diante das novas condições econômicas, foram aceleradas pela ameaça de crise que acabou ocorrendo em meados de 1995 (MACEDO, et al., 2004).

O estudo de Alves e Alves (2009) buscou verificar o nível de divulgação da governança corporativa, de bancos privados e públicos brasileiros, segundo recomendações do Comitê da Basileia. Subsidiariamente, buscaram verificar se existiam diferenças entre os níveis de divulgação, apurados para os grupos de bancos analisados. A amostra foi composta por bancos listados na Bolsa de Valores de São Paulo, em maio de 2006, que pertenciam aos dez maiores conglomerados brasileiros presentes no relatório 50 Maiores Bancos, e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional do Banco Central do Brasil, data-base dezembro de 2005. O estudo constatou que o nível de divulgação da governança corporativa foi 46,9%, sendo 47,8% para bancos privados e 45,6% para bancos públicos.

Diante do exposto e do estudo apresentado, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de transparência das Instituições Bancárias brasileiras, com ações negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, com relação às recomendações do Basileia II?

O objetivo central deste estudo é verificar o nível de transparência das Instituições Bancárias brasileiras, com ações negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, com relação às recomendações do Basileia II. Conforme Freire et al. (2004) diante da iminente transformação no ambiente regulatório, as instituições financeiras estão sendo estimuladas a desenvolverem, implementarem ou aprimorarem seus modelos proprietários de risco. Desta forma, constituindo-se na motivação deste estudo.

Também, outra inquietação que motiva a pesquisa nesta área temática tem sua origem no anseio de contribuição com a área contábil e de controladoria, para que a mesma se mantenha relevante e atuante no processo de gestão das organizações. Segundo Beuren, Schlindwein e Pasquali (2007, p. 23) “a evolução de uma área de conhecimento dá-se, principalmente, com a investida de pesquisadores, professores, alunos e profissionais na criação e aplicação de teorias”.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A literatura de suporte ao estudo busca delinear brevemente a teoria da divulgação, permeando a divulgação baseada em associação, em julgamento e em eficiência, também a evidenciação obrigatória e voluntária. Na sequência encontram-se as definições, aplicações e princípios da governança corporativa e o fomento a governança corporativa em instituições bancárias.

2.1 Teoria da Divulgação

Sob a ótica da ciência social aplicada, no âmbito da Contabilidade, percebe-se um fenômeno que envolve a evidenciação das informações contábeis e seu impacto no ambiente empresarial. Diante desse fato, Cunha e Ribeiro (2008, p. 7) mencionam que a teoria da divulgação “é uma linha de pesquisa que tem por objetivo explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras”.

Verrecchia (2001) expõe uma classificação de diversos modelos que tratam sobre a

teoria da divulgação. No entendimento do autor não existe ainda uma compreensiva e unificada teoria da divulgação, entretanto em seu trabalho propõe uma taxonomia de três grandes categorias. Para Verrecchia (2001) as pesquisas sobre divulgação das informações contábeis podem ser divididas em: divulgação baseada em associação; divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada em eficiência.

Segundo Verrecchia (2001) a categoria de pesquisa que trata das pesquisas baseadas em associação relaciona a divulgação e as mudanças nos comportamentos dos investidores, que individualmente competem no mercado de capitais buscando a maximização de sua riqueza. Já as pesquisas baseadas em julgamento, segundo o autor, propõem-se a investigar como os gestores e/ou empresas julgam a possibilidade de divulgação de informações sobre as quais são de conhecimento da empresa.

Quanto às pesquisas sobre a divulgação baseada em eficiência, conforme o autor abrangem trabalhos que discutem qual o arranjo de informações que deve ser evidenciado à luz da preferência dos usuários, caracterizando-se como *ex-ante*, ou seja, analisados em uma perspectiva que antecede a divulgação das informações ao mercado.

Destaca-se a diferença existente entre informação compulsória e voluntária. Segundo Ronen e Yaari (2002) a evidenciação obrigatória acontece em função de determinações legais, ou regulamentares. Os autores também afirmam que a evidenciação que acontece em função de dispositivos legais permite aos investidores processar os administradores por omissão de informações ou apresentação enganosa.

Watson, Shrives e Marston (2002, p. 289), definem como divulgação voluntária aquela “que excede o requerido por leis, normas contábeis ou determinação de órgãos reguladores”. Abordados os principais conceitos que norteiam a divulgação de informações, apresenta-se na sequência a temática da governança corporativa.

2.2 Governança Corporativa

Para um melhor entendimento do contexto em que o estudo se apresenta, faz-se necessário a definição do termo governança corporativa. Verificando o referencial teórico, percebem-se diversos conceitos que envolvem diferentes perspectivas.

Segundo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2009, p. 19), governança corporativa “é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle”. A esse respeito, Silva (2006, p. 16) afirma que governança corporativa é um conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, empregados e credores, facilitando, assim, o acesso ao capital”. Silva (2006) afirma que as práticas de governança, juntamente com as leis e a atuação dos tribunais e dos legisladores, visam evitar que uma parte seja expropriada por outra.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE apud Silva (2006, p. 16),

a governança corporativa é o sistema segundo o qual as corporações de negócio são dirigidas e controladas. A estrutura da governança corporativa especifica a distribuição dos direitos e responsabilidade entre os diferentes participantes da corporação, tais como o conselho de administração, os diretores executivos, os acionistas e outros interessados, além de definir as regras e procedimentos para a tomada de decisão em relação às questões corporativas. E oferece também bases através das quais os objetivos da empresa são estabelecidos, definindo os meios para se alcançarem tais objetivos e os instrumentos para se alcançar o desempenho.

Andrade e Rossetti (2004, p. 24) contribuem com outras definições como a de Blair que afirma que “a governança corporativa trata dos meios utilizados pelas corporações para estabelecer processos que ajustem os interesses em conflito entre os acionistas das empresas e

seus dirigentes de alto nível”. Também, os autores mencionam o conceito de Williamson (2006, p. 16) que afirma que “governança corporativa trata da justiça, transparência e da responsabilidade das empresas no trato de questões que envolvem os interesses do negócio e da sociedade como um todo”.

Percebe-se pelos conceitos apresentados, a abrangência e diversidade do tema. Sob esse aspecto, Andrade e Rossetti (2004, p.25), apresentam uma tentativa para a síntese dos principais conceitos relacionados à governança corporativa, nos seus mais variados aspectos, conforme se transcreve no Quadro 1.

Abrangência e Diversidade	
Direitos	Sistema de Gestão que visa preservar os direitos dos acionistas, assegurando a proteção aos minoritários.
Relações	Práticas de relacionamento entre acionistas, conselhos e diretoria executiva, objetivando maximizar o desempenho da organização.
Governo	Sistema de governo, gestão e controle das empresas, que disciplina suas relações com as partes interessadas em seu desempenho.
Poder	Sistema e estrutura de poder que envolve a definição da estratégia, as operações, a geração de valor e a destinação dos resultados.
Valores	Sistema de valores que rege as corporações, em suas relações internas e externas.
Normas	Conjunto de instrumentos, derivados de estudos legais e de regulamentos, que objetiva a excelência da gestão e a proteção dos direitos das partes interessadas em seus resultados.

Quadro 1: Síntese de aspectos presentes nos conceitos de governança corporativa.

Fonte: Adaptado de Andrade e Rossetti (2004, p. 25).

Pelo exposto no Quadro 1, percebe-se que os conceitos apresentados na literatura sobre o tema governança corporativa, envolvem diversos aspectos, como direitos, relações, governo, poder, valores e normas. Pela exposição dos autores compreende-se como é o entendimento desses aspectos inseridos nos diversos conceitos de governança corporativa.

2.3 Princípios Básicos de Governança Corporativa

Segundo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2009, p. 19) os princípios básicos de governança corporativa são:

Transparência: Mais do que a obrigação de informar é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à criação de valor.

Equidade: Caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*). Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.

Prestação de Contas (*accountability*): Os agentes de governança [O termo agentes de governança refere-se aos sócios, administradores (conselheiros de administração e executivos/gestores)], conselheiros fiscais e auditores. devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.

Responsabilidade Corporativa: Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando à sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Sobre os princípios básicos de governança corporativa, Silva (2006, p. 1) menciona que “são necessárias garantias de que as mesmas condições de concorrência se aplicam a todos esses agentes econômicos e de que todos os agentes econômicos seguem padrões de comportamento capazes de assegurar um desenvolvimento econômico e social sustentável”.

Complementa afirmando que são necessários mecanismos distributivos, que assegurem que os benefícios do crescimento e desenvolvimento econômicos se façam sentir em todas as camadas da sociedade, englobando transparência, equidade, sustentabilidade.

2.4 Governança Corporativa em Instituições Bancárias

A preocupação com boas práticas de governança corporativa é preocupação também para o setor bancário. Também, o Comitê de Supervisão bancária da Basiléia elaborou o documento *Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations*, datado de setembro de 1999. Neste documento, o comitê da Basiléia ressalta a importância das instituições bancárias em adotarem boas práticas de governança corporativa. O documento destaca que a governança corporativa pode contribuir no relacionamento entre gerenciamento dos bancos e os órgãos de supervisão.

O documento também destaca a importância da governança na promoção da auto-regulamentação do mercado quando menciona que “informações relatadas com transparência, criam condições, decisões e ações integralmente voltadas para a prestação de contas oferecendo aos participantes do mercado informação suficiente para julgarem a gestão do banco” (BCBS, 1999, p. 1).

Na economia de um país as instituições financeiras representam um setor estratégico, pois exercem duas funções fundamentais, o crédito e garantem o meio de pagamento (CARVALHO, 2005). Quanto às operações de crédito, tem-se a intermediação de recursos financeiros entre poupadores e aplicadores (TOLEDO FILHO, 2006). No que se refere aos meios de pagamento, tem-se os serviços de transferência entre os bancos comerciais. Carvalho (2005, p. 4) menciona que “praticamente todas as operações relevantes praticadas entre agentes privados não bancários em uma economia de mercado moderna são liquidadas através da transferência de direitos sobre depósitos à vista mantidos nos bancos comerciais”. Considerando apenas as funções de crédito e pagamento, percebe-se a magnitude da importância do setor para uma economia.

Segundo o posicionamento do BCBS (1999, p. 3),

partindo da perspectiva da indústria bancária, governança corporativa envolve a maneira como as organizações e os negócios de instituições individuais são gerenciados pelo conselho de administração e diretores, afetando o modo como o banco gerencia:

- o conjunto de objetivos corporativos (incluindo a geração de retorno econômico para os proprietários);
- trabalha as operações diárias de negócios;
- considera os interesses reconhecidos das partes interessadas;
- alinha atividades corporativas e comportamento com a expectativa de que os bancos voa operar de uma maneira segura e de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis; e
- proteção dos interesses dos depositantes.

No documento *Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations*, O BCBS (1999) menciona diversas experiências de agentes de supervisão bancária relacionados a problemas com governança corporativa. Uma dessas experiências é relatada como “conduzir governança corporativa de modo transparente”. Salienta ainda que os participantes do mercado e o público geral devem receber informações suficientes a fim de poderem julgar a gestão realizada pelos diretores, gerentes e do conselho administrativo. Traz também as áreas que deveriam ser alvo da boa governança corporativa. Estas mesmas áreas são especificadas no documento *Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations*, emitido pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia e publicado em fevereiro de 2006.

Este documento sugere a divulgação de um conjunto de informações que estão

relacionados à condução da governança corporativa de forma transparente. Essas informações são transcritas, segundo BCBS (2006, p. 16),

estrutura do conselho (por exemplo, estatuto, tamanho, composição, processo de seleção, qualificação, outros mandatos, os critérios de independência, os interesses materiais em transações ou assuntos que afetam o banco, e membros do comitê, privilégios e responsabilidades) e a estrutura da direção (por exemplo, as responsabilidades, a quem se reportar, qualificações e experiência);

Estrutura básica de propriedade (por exemplo: maior participação acionária e direitos de voto, benefícios aos proprietários, a participação do maior acionista no conselho ou em cargos de direção, reuniões de acionistas);

Estrutura da organização (por exemplo, o organograma geral, linhas de negócio, subsidiárias e afiliadas, as comissões de gestão);

Informações sobre a estrutura de incentivos do Banco (por exemplo, políticas de remuneração, diretor e remuneração de executivos, bônus, opções de ações);

O código ou política de conduta e / ou ética do banco (incluindo quaisquer isenções, se for o caso), bem como quaisquer estruturas de governança e políticas aplicáveis (em particular, o conteúdo de qualquer código de governança corporativa ou política e o processo pelo qual são implementadas, bem como uma auto-avaliação pelo conselho de seu desempenho em relação a este código ou política);

Quando o banco for público, a divulgação dos objetivos globais da propriedade pública, o papel do Estado na governança corporativa do banco, e como irá implementar sua política de propriedade, e

Como discutido acima, as políticas do banco relativas aos conflitos de interesse, bem como a natureza e a extensão das operações com filiais e partes relacionadas (que pode ser de forma agregada para a propriedade de rotina para os funcionários), incluindo todas as questões bancárias em que os membros da diretoria ou gerência sênior tenham interesses materiais, quer diretamente, indiretamente, ou em nome de terceiros.

Logo, percebe-se a preocupação dos organismos regulamentadores com a adoção de boas práticas de governança corporativa por parte das instituições financeiras, pois se constitui num elemento chave para que possa existir a autorregulação de mercado, contribuindo assim para a solidez e credibilidade do setor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se desenvolveu pelo raciocínio dedutivo, visto que, buscou verificar a aderência da prática organizacional à recomendação teórica. Quanto aos objetivos caracteriza-se como descritiva. Conforme Cervo e Bervian (1996, p. 66), “a pesquisa descritiva observa, analisa e correlaciona, fatos ou fenômenos sem manipulá-los”. Os autores relatam também que a pesquisa descritiva “procura descobrir, com a previsão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”. Desta forma, este estudo busca observar, analisar, correlacionar e verificar a prática de divulgação das Instituições Bancárias brasileiras.

Quanto aos procedimentos esta pesquisa se enquadra no tipo documental. Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 55), “a estratégia de pesquisa documental é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidência”. Neste caso os documentos foram disponibilizados nos portais eletrônicos das empresas, no *link* de investidores – governança corporativa.

Por fim, a classificação quanto à abordagem do problema se enquadra como pesquisa quantitativa, pois o interesse do investigador é conhecer características gerais de uma população a partir do exame da amostra. Martins e Theóphilo (2009) explicam que na pesquisa quantitativa a análise e interpretação dos resultados se orientam por meio do entendimento e conceituação de técnicas e métodos estatísticos.

A população de estudo se constitui das instituições financeiras brasileiras, com ações

negociadas na BM&FBOVESPA, listadas na classificação setorial – setor de atuação – bancos. A amostra resulta do confronto da listagem na BM&FBOVESPA com o relatório dos 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional, na data-base de março de 2010 (BACEN, 2010). O quadro 2, a seguir, descreve a amostra deste estudo.

Denominação Social	Tipo de Controle Acionário
Banestes S.A. - BCO Est Espirito Santo	Público
Bco ABC Brasil S.A.	Privado
Bco Bradesco S.A.	Privado
Bco Cruzeiro do Sul S.A.	Privado
Bco Daycoval S.A.	Privado
Bco do Brasil S.A	Público
Bco Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Público
Bco Industrial e Comercial S.A.	Privado
Bco Mercantil do Brasil S.A.	Privado
Bco Panamericano S.A.	Privado
Bco Pine S.A.	Privado
Bco Santander (Brasil) S.A.	Privado
Bco Sofisa S.A.	Privado
BRB Bco de Brasília S.A.	Público
Itau Unibanco Holding S.A.	Privado

Quadro 2 - Amostra da pesquisa

Fonte: BM&FBOVESPA (2010) e BACEN (2010)

O quadro 2 dispõe a amostra de estudo, que se constitui de 15 Instituições Bancárias brasileiras, excluídas duas instituições bancárias que não tinham informações, sendo que 73,33% é composta de empresas privadas e o restante de empresas de controle acionário público.

A coleta de dados se efetivou por análise de conteúdo. Para Bardin (2004) esse procedimento é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, podendo se valer da descrição analítica, que funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens.

Os dados foram coletados de acordo com a métrica disposta no Quadro 3, para obtenção dos dados que já havia sido validada por Alves e Alves (2009) em pesquisa semelhante aplicada na data-base de dezembro de 1995. O modelo proposto por Alves e Alves (2009) foi elaborado a partir das recomendações constantes no documento *Enhancing corporate governance for banking organizations*, publicado pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia (2006).

Conselho de Administração	Diretoria
Regimentos	Responsabilidades
Tamanho	A quem se reportar
Componentes	Qualificações
Processo de Seleção	Experiência
Qualificações	Governo (para bancos públicos)
Critérios de independência	Divulgação de objetivos sociais e propósitos públicos do banco
Interesse materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco	Divulgação de como os propósitos públicos são financiados
Estatutos e responsabilidades	A política de controle do Governo e seu papel na governança corporativa do banco
Estrutura de Propriedade	Estrutura organizacional

Controle acionário e direitos de voto	Organograma
Partes beneficiárias	Descrição das linhas de negócio
Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria	Subsidiárias e afiliadas
Assembleia de acionistas	Comitês gestores
Incentivos	Códigos de Conduta
Políticas de remuneração	Código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco
Compensação de diretores executivos	Conteúdo de códigos de governança corporativa ou das políticas de negócios
Bônus	Descrição do processo pelo qual o código ou política é implementado
Opção de ações	Autoavaliação do conselho de administração a respeito de sua performance relativa ao código ou política
Empresas ligadas e partes relacionadas	
Natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas	
Matérias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse	
Matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse	

Quadro 3- Métrica da pesquisa

Fonte: Alves e Alves (2009)

O tratamento dos dados foi realizado a partir da verificação da frequência a que os bancos públicos e privados apresentavam as informações constantes na métrica. Após os dados passarem pela análise das componentes principais. A análise das componentes “é uma forma de transformar as variáveis originais em componentes principais, ou seja, é uma técnica de transformação de variáveis, em que por ocasião do resultado da pesquisa, é investigado se todas as variáveis contribuíram para explicar a variabilidade total dos dados”. (MOROZINI; OLINQUEVITCH; HEIN, 2006, p. 91). Por fim, as instituições foram ranqueadas, por situação de divulgação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise de conteúdo dos documentos disponibilizados nos portais eletrônicos das empresas, no *link* de investidores – governança corporativa, conforme a métrica elaborada a partir das recomendações constantes no documento *Enhancing corporate governance for banking organizations*, publicado pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (2006) foi possível localizar as evidenciações que seguem. Na Tabela 1 apresentam-se os dados referentes ao Conselho de Administração.

Tabela 1 – Grupo 1

Conselho de Administração	Fr. Relat.	%	Fr. Ideal	%
Regimentos	7	46,67	15	100,00
Tamanho	14	93,33	15	100,00
Componentes	14	93,33	15	100,00
Processo de Seleção	12	80,00	15	100,00
Qualificações	10	66,67	15	100,00
Critérios de independência	0	0,00	15	100,00
Interesse materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco	0	0,00	15	100,00
Estatutos e responsabilidades	14	93,33	15	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Ao visualizar a Tabela 1, nota-se que a evidenciação ideal nesse grupo é de 15 itens, ou seja, 1 para cada empresa participante da amostra, desta forma os itens com maior evidenciação no grupo de informações divulgadas sobre o conselho de administração foram:

tamanho, componentes e estatuto do conselho e responsabilidade dos conselheiros com 93,33%.

Igualmente no estudo de Alves e Alves (2009) as informações sobre: tamanho e componentes foram as mais evidenciadas. Em contrapartida, os critérios de interdependência do conselho e os interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco não foi evidenciado por nenhuma das instituições participantes da pesquisa. No mesmo estudo mencionado, essas duas informações foram pouco evidenciadas.

Destaca-se que o estudo de Alves e Alves (2009) comparativamente a este estudo pode demonstrar uma tendência deste setor econômico que pode ser corroborado por estudos futuros.

Tabela 2 – Grupo 2

Diretoria	Fr. Relat.	%	Fr. Ideal	%
Responsabilidades	12	80,00	15	100,00
A quem se reportar	6	40,00	15	100,00
Qualificações	11	73,33	15	100,00
Experiência	12	80,00	15	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 2 demonstra que os itens: responsabilidades e experiência da diretoria foram mais divulgados, 80% das empresas. Por outro lado, o organograma demonstrando a diretoria da empresa ou a descrição contida nas informações disponibilizadas demonstrou a quem se reportar em apenas 40% da amostra. Corroborando com Alves e Alves (2009) nas informações sobre responsabilidades como mais evidenciadas e divergindo nas informações sobre experiência e qualificação que foram menos divulgadas.

Tabela 3 – Grupo 3

Estrutura de Propriedade	Fr. Relat.	%	Fr. Ideal	%
Controle acionário e direitos de voto	13	86,67	15	100,00
Partes beneficiárias	0	0,00	15	100,00
Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria	8	53,33	15	100,00
Assembleia de acionistas	13	86,67	15	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 3 percebe-se que, sobre o grupo da estrutura de propriedade das empresas, os itens mais divulgados foram: o controle acionário e os direitos de voto, também as informações sobre a assembleia dos acionistas, quanto a atas e datas das mesmas, ambos com 86,67%. Sendo que não foi evidenciada nenhuma informação sobre as partes beneficiárias em nenhuma das empresas pesquisadas. Já o estudo de Alves e Alves (2009) encontrou diferentes níveis de evidenciação nesta categoria, sendo que a mais aderente foi a participação majoritária de acionistas no conselho de administração e os demais itens da categoria tiveram o mesmo percentual de evidenciação segundo o estudo desses autores.

Tabela 4 – Grupo 4

Estrutura Organizacional	Fr. Relat.	%	Fr. Ideal	%
Organograma	7	46,67	15	100,00
Descrição das linhas de negócio	14	93,33	15	100,00
Subsidiárias e afiliadas	12	80,00	15	100,00
Comitês gestores	11	73,33	15	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 4 apresenta a evidenciação sobre o grupo da estrutura da organização, ao contrário do esperado o organograma da empresa foi o item menos divulgado, 46,67%. Em contrapartida, a descrição das linhas de negócio teve maior evidenciação, 93,33%. Esta última esteve presente em meio a conteúdo de *marketing* com figuras, esquemas e animações, isso indica o desejo de divulgação da amplitude das atividades da empresa aos futuros investidores. Os resultados deste estudo corroboram o estudo de Alves e Alves (2009) que encontrou maior evidenciação nas linhas de negócio e nas subsidiárias e afiliadas.

Tabela 5 – Grupo 5

Incentivos	Fr. Relat.	%	Fr. Ideal	%
Políticas de remuneração	12	80,00	15	100,00
Compensação de diretores e executivos	1	6,67	15	100,00
Bônus	2	13,33	15	100,00
Opção de ações	1	6,67	15	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a Tabela 5, no grupo de incentivos houve baixa evidenciação, a exceção ficou por conta das políticas de remuneração aos acionistas que foi o item mais divulgado com 80,00%. Resultado semelhante foi encontrado no estudo de Alves e Alves (2009), somente com relação às políticas de remuneração, os demais itens foram extremamente divergentes.

Tabela 6 – Grupo 6

Códigos de Conduta	Fr. Relat.	%	Fr. Ideal	%
Código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco	14	93,33	15	100,00
Conteúdo de códigos de governança corporativa ou das políticas de negócios	13	86,67	15	100,00
Descrição do processo pelo qual o código ou política é implementado	9	60,00	15	100,00
Auto-avaliação do conselho de administração a respeito de sua performance relativa ao código ou política	0	0,00	15	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 6 demonstra a evidenciação sobre o grupo dos códigos de conduta das organizações. A maioria das empresas divulgou o seu código de ética, 93,33%, esse fato também se efetivou no estudo de Alves e Alves (2009). No entanto, nenhuma delas divulgou a autoavaliação do conselho de administração a respeito de sua performance relativa ao código.

Tabela 7 – Grupo 7

Empresas Ligadas e Partes Relacionadas	Fr. Relat.	%	Fr. Ideal	%
Natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas	5	33,33	15	100,00
Matérias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse	0	0,00	15	100,00
Matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse	0	0,00	15	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Ao visualizar a Tabela 7 nota-se que o grupo, das empresas ligadas e partes relacionadas obtiveram baixa evidenciação, de forma geral, a exceção ficou por conta da natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas com 33,33%. Os resultados encontrados neste grupo são idênticos ao de Alves e Alves (2009), tanto para o item mais divulgado como os demais que não encontraram aderência as recomendações do *Basiléia II*.

Tabela 8 – Grupo 8

Governo (para bancos públicos)	Fr. Relat.	%	Fr. Ideal	%
Divulgação de objetivos sociais e propósitos públicos do banco	4	100,00	4	100,00
Divulgação de como os propósitos públicos são financiados	3	75,00	4	100,00
A política de controle do Governo e seu papel na governança corporativa do banco	1	25,00	4	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 8 encerra os grupos da métrica pesquisada nesta pesquisa, e com relação à divulgação dos bancos públicos neste grupo nota-se que o item, divulgação dos objetivos sociais e propósitos públicos do banco, teve adesão de 100% por parte das instituições estudadas, da mesma forma ocorreu no estudo de Alves e Alves (2009).

Tabela 9 – Síntese das categorias

Categoria	Bancos Privados		Bancos Públicos		Total	
	Fr. Relativa	%	Fr. Relativa	%	Fr. Total	%
Conselho de Administração	53	74,65	18	25,35	71	100,00
Diretoria	29	70,73	12	29,27	41	100,00
Estrutura de Propriedade	26	76,47	8	23,53	34	100,00
Estrutura Organizacional	30	68,18	14	31,82	44	100,00
Incentivos	12	75,00	4	25,00	16	100,00
Códigos de Conduta	26	72,22	10	27,78	36	100,00
Empresas Ligadas e Partes relacionadas	4	80,00	1	20,00	5	100,00
Governo (para bancos públicos)	5	38,46	8	61,54	13	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 9 apresenta uma síntese de todas as categorias da métrica e depreende-se da mesma que, de forma geral, os bancos privados representaram a maior parte das informações divulgadas, é necessário considerar que eles representaram 73,33% da amostra. Dentre os bancos privados o grupo que teve maior representatividade foi o do conselho de administração, com 53 itens divulgados, em segundo lugar ficou o grupo da estrutura organizacional, com 30 itens divulgados. Já os bancos públicos tiveram o mesmo comportamento, para esses dois grupos, nota-se, portanto, que o tipo de controle acionário é indiferente a esse tipo de evidenciação.

Sobre os resultados da Tabela 9 o estudo de Alves e Alves (2009) encontrou resultado semelhante para as empresas ligadas e partes relacionadas, com baixa evidenciação e para o conselho de administração com maior evidenciação em ambas as pesquisas.

Tabela 10 – Evidenciação real x ideal

Categoria	Total Evidenciado		Total Ideal	
	Fr. Total	%	Fr. Total	%
Conselho de Administração	71	59,17	120	100,00
Diretoria	41	68,33	60	100,00
Estrutura de Propriedade	34	56,67	60	100,00
Estrutura Organizacional	44	73,33	60	100,00
Incentivos	16	26,67	60	100,00
Códigos de Conduta	36	60,00	60	100,00
Empresas Ligadas e Partes relacionadas	5	11,11	45	100,00
Total	247	53,12	465	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Pela Tabela 10, nota-se que o total evidenciado ficou abaixo do ideal, sendo que o grupo que obteve a maior evidenciação foi o da estrutura organizacional, que atingiu 73,33% do desejado. Por outro lado, o último grupo de categorias ficou com o nível de apenas 11,11% de evidenciação. Desta forma, o nível de evidenciação foi de 53,12%, excluindo a oitava categoria que era devida apenas para os bancos públicos. O estudo de Alves e Alves (2009) encontrou um resultado aproximado de 46,9%.

Quanto à evidenciação da oitava categoria “Governo” para bancos públicos é preciso adicionar que a coleta de dados evidenciou que, para a amostra, composta por 4 bancos públicos, a evidenciação total ideal deveria ser de 12 itens evidenciados, no entanto foram evidenciados 13 itens. Este fato é explicado pela participação dos bancos privados nesta categoria, que mesmo não tendo a obrigatoriedade de divulgação evidenciaram 5 itens ao total. Destaca-se, portanto que a evidenciação dos bancos públicos ficou abaixo da evidenciação ideal.

Tabela 11 – Análise de componentes principais

Componente	Auto Valor inicial			Somadas extraídas dos carregamentos quadráticos		
	Total	% da Variância	% Acumulado	Total	% da Variância	% Acumulado
1	3,932	49,148	49,148	3,932	49,148	49,148
2	1,302	16,271	65,420	1,302	16,271	65,420
3	1,042	13,025	78,445	1,042	13,025	78,445
4	0,625	7,812	86,257			
5	0,531	6,643	92,900			
6	0,296	3,704	96,604			
7	0,197	2,468	99,072			
8	0,074	0,928	100,000			

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se pela Tabela 11 que os autovalores ficaram acima de 1 apenas nos três primeiros componentes, indicando a existência de três dimensões diferentes para as categorias em análise. As três componentes explicam 78,44% de inércia (variância) dos dados, e são aquelas com valores próprios maiores do que 1. Por outro lado a grandeza dos valores ficaram muito próximos de 0 (zero), justificando a escolha de apenas três componentes principais.

Tabela 12 – Análise dos coeficientes de correlação

Categorias	Componentes		
	1	2	3
Conselho da Administração	0,883	-0,213	-0,160
Diretoria	0,825	0,281	0,054
Estrutura de Propriedade	0,878	-0,153	-0,085
Estrutura Organizacional	0,795	-0,029	0,070
Incentivos	0,598	-0,444	0,223
Código de Conduta	0,546	0,269	0,727
Partes Relacionadas	0,626	0,156	-0,648
Governo	0,145	0,927	-0,060

Fonte: Dados da pesquisa

Na análise dos coeficientes de correlação demonstrado na Tabela 12, verificam-se os três agrupamentos das categorias pesquisadas. No primeiro agrupamento observa-se a concentração da evidência relativa à categoria conselho da administração, estrutura de propriedade e diretoria. O segundo agrupamento foi pouco relevante, o destaque é para a categoria governo. No terceiro destaca-se a categoria código de conduta. Após a identificação dessas dimensões demonstra-se na Tabela 13 o ranking da evidência produzido a partir das informações obtidas. Tal ranking foi calculado por meio da fórmula:

$$\text{Ranking} = 0,851 \text{ Cat1} + 0,763 \text{ Cat2} + 0,801 \text{ Cat3} + 0,637 \text{ Cat4} + 0,604 \text{ Cat5} + 0,899 \text{ Cat6} + 0,836 \text{ Cat7} + 0,884 \text{ Cat8}$$

Onde: Os valores da fórmula correspondem aos coeficientes de correlação multiplicados pela quantidade evidenciada por categoria para cada uma das instituições financeiras.

Tabela 13 – Ranking das Instituições pesquisadas

Bancos	Ranking
Bco Bradesco S.A.	19,06
Itau Unibanco Holding S.A	19,02
Bco Estado do Rio Grande do Sul S.A.	18,12
Banestes S.A. - Bco Est Espirito Santo	17,33
Bco Daycoval S.A.	15,87
Bco Cruzeiro do Sul S.A.	14,34
Banco do Braisl	13,82
Banco ABC Brasil S.A	13,77
Bco Pine S.A.	13,48
Banco Sofisa S.A	13,36
Banco Panamericano S.A	13,27
Bco Santander (Brasil) S.A.	11,65
Bco Industrial e Comercial S.A.	10,89
BRB Bco de Brasília S.A.	9,85
Bco Mercantil do Brasil S.A.	0,85

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o ranking observa-se que, dentre as instituições bancárias pesquisadas, a que se destacou por ter mais evidências de acordo com as recomendações constantes no documento *Enhancing corporate governance for banking organizations*, publicado pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia (2006) foi o Banco Bradesco S.A., em segundo lugar o Banco Itau Unibanco e seguindo a sequência em último lugar com menos evidências o Banco Mercantil do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a análise dos resultados, quanto às evidências requeridas pelo documento *Enhancing corporate governance for banking organizations*, publicado pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia (2006) infere-se que:

- os itens: tamanho, componentes e estatuto do conselho e responsabilidade dos conselheiros, foram os mais evidenciados no grupo do conselho de administração;
- os itens: responsabilidades e experiência da diretoria foram os mais divulgados, no grupo da diretoria;
- os itens: controle acionário e direitos de voto, também as informações sobre a assembleia dos acionistas, quanto a atas e datas das mesmas foram os mais divulgados no grupo da estrutura de propriedade das empresas;
- o item: a descrição das linhas de negócio teve maior evidência no grupo da

estrutura da organização, ao contrário do esperado o organograma da empresa foi o item menos divulgado;

- o item: políticas de remuneração aos acionistas foi o item mais divulgado no grupo de incentivos, de forma geral houve baixa evidenciação neste grupo;
- o item: código de ética foi o mais divulgado no grupo dos códigos de conduta das organizações;
- o item: extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas foi o mais divulgado no grupo de empresas ligadas e partes relacionadas;
- o item: a divulgação dos objetivos sociais e propósitos públicos do banco teve adesão de 100% na categoria governo (para bancos públicos).

Em síntese de todas as categorias da métrica pesquisada percebeu-se que, de forma geral, os bancos privados representaram a maior parte das informações divulgadas, também que dentre os bancos privados e públicos o grupo que teve maior representatividade quanto à quantidade de divulgação foi o do conselho de administração, em segundo lugar o grupo da estrutura organizacional. Nota-se, portanto, que o tipo de controle acionário é indiferente para este tipo de evidenciação.

Quanto ao nível de transparência das Instituições Bancárias brasileiras, com ações negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, com relação às recomendações do Basileia II, para a amostra estudada, representou 53,12% da fração ideal, ou seja, ficou aquém da evidenciação recomendada pelo documento em questão. O grupo que obteve a maior evidenciação foi o da estrutura organizacional, que atingiu 73,33% do desejado e o último grupo de categorias, empresas ligadas e partes relacionadas, ficou com apenas 11,11% de evidenciação. Faz-se relevante salientar que os resultados são válidos para a amostra estudada não permitindo extrapolação para a população.

Com relação à análise dos componentes principais observou-se que as três componentes explicam 78,44% de inércia (variância) dos dados, e são aquelas com valores próprios maiores do que 1, ainda que houve concentração da evidenciação relativa à categoria conselho de administração, estrutura de propriedade e diretoria. O segundo e o terceiro agrupamento foram pouco relevantes, o destaque é para a categoria governo e código de conduta, respectivamente.

Pesquisas e estudos futuros podem considerar uma ampliação da amostra, também a possibilidade de comparação entre as recomendações da Basileia e da Diretiva da Comunidade Européia para atividades de seguros e resseguros, que possuem similaridades com os três pilares da Basileia.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. A. de M.; ALVES, N. T. H. Análise do nível de divulgação da governança corporativa segundo recomendações do comitê da Basileia: um estudo em bancos privados e públicos brasileiros. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 5, n. 1, p. 06-21, jan./mar. 2009.

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, Antônio Maria Henri Beyle de. *Financial Reporting de Swaps* em Instituições Financeiras no Brasil: Uma Análise à luz da Teoria da Contabilidade. In: ANPCONT, I, 2007, Gramado. **Anais...** Gramado: ANPCONT, 2007. CD- ROM.

BACEN- Banco Central do Brasil. 50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro

nacional. Balancetes processados até 31 de março de 2010. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/ArquivoZip.asp>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION – BCBS. **Enhancing corporate governance for banking organizations**. Basileia: Basel Committee Publication, 1999.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION – BCBS. **Enhancing corporate governance for banking organizations**. Basileia: Basel Committee Publication, 2006.

BEUREN, Ilse Maria; SCHLINDWEIN, Antônio Carlos; PASQUALI, Dino Luiz. Abordagem da Controladoria em Trabalhos Publicados no ENANPAD e no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade De 2001 A 2006. **Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo**, v. 18, n. 45, p. 22-37, 2007.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS - BM&FBOVESPA. **Empresas Listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 13 jul. 2010.

CARVALHO, F. J. C. **Inovação financeira e regulamentação prudencial**: da regulamentação de liquidez aos acordos da Basiléia. 2005. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/inovacao_financeira_e_regulacao.pdf. Acesso em: 29/07/2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1996.

CROUHY, Michael; GALAI, Dan; MARK, Robert. **Gerenciamento de risco**: abordagem conceitual e prática: uma visão integrada dos riscos de crédito operacional e de mercado. Rio de Janeiro: *Qualitymark*, 2004.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica USP**, v.1, n.1, jan./jun. 2008.

FREIRE, Antônio Augusto Sá, et al. Metodologias de Aferição da Acurácia de Modelos de Classificação de Risco de Crédito. In: Congresso USP, IV, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004. CD- ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4ª ed. São Paulo: IBGC, 2009.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva, et al. Análise do Setor Bancário Brasileiro no Período de 2001-2004: Uma Abordagem Focada no Desempenho. In: Congresso Brasileiro de Custos, XI, 2004, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: CBC, 2004. CD- ROM.

MARTINS, Gilberto; THEOPHILO, Carlos. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MOROZINI, João Francisco. OLINQUEVITCH, José Leônidas, HEIN, Nelson. Seleção de índices na análise de balanços: uma aplicação da técnica estatística 'ACP'. **Revista de Contabilidade e Finanças**, n 41, p.87 – 99, mai./ago., 2006.

ROONEN, Joshua; YAARI, Varda. *Incentives for voluntary disclosure*. **Journal of Financial Markets**, v. 5, n. 3, p. 349-390, Jul., 2002.

SILVA, E. C. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas e conselho de administração: novo modelo de gestão para redução do custo de capital e geração de valor ao negócio**. São Paulo: Atlas, 2006.

TOLEDO FILHO, J. R. de. **Mercado de capitais brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.

TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro; KROENKE, Adriana; SOTHE, Ari. Impacto da Crise *Subprime* na Provisão de Risco de Crédito dos maiores Bancos Nacionais. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v 11, n. 32, p. 248-259, jul/set, 2009.

VERECCHIA, R. E. *Essays on disclosure*. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 97-180, 2001.

WATSON, A.; SHRIVES, P.; MARSTON, C. L. *Voluntary disclosure of accounting ratios in the UK*. **British Accounting Review**, v. 34, p. 289-313, 2002.

ZENDERSKY, Humberto Carlos; et al. Comparação entre os modelos de controle do capital mínimo requerido pelo Novo Acordo de Capital da Basiléia e o modelo regulamentar para as instituições financeiras em atuação no Brasil. In: Congresso USP, IV, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004. CD- ROM.